

**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA
GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM SANTO ANDRÉ**

Data: 10/08/2010

Horário: 09:00h

Local: Gabinete da Gerência Executiva do INSS de Santo André

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS PRESENTES

Representantes do Governo

Elen Aparecida Facini Calça

Fátima Conceição Gomes (Presidente do Conselho)

Representantes dos aposentados e pensionistas

Rosimary Martini da Silva

Representantes dos empregadores

Fuad Sayar

Zoilo de Souza Assis Júnior

CONVIDADOS

Alcides Antônio Vinhas (Sind. Dos Comerciários)

Benedito A Oliveira

Claudia S. Sanjacomio (CIESP)

Isaias U. Da Cunha

Lourival Santos Silva

II - AUSÊNCIAS

Adma Maria Gomes

Aidê Matheus Raffaini

Antonio Ferreira (recuperação médica)

Aparecida Leite Ferreira

Fabiano Cheker Burihan

Iara Ap. Rucco Pinheiro

João Barbosa da Silva

José Freire da Silva

Luis Almeida

Mauro Farabotti
Paulo Hirofume Arashiro
Rosangela Piccinin Teves
Vincenza Buccoleri Tannure

III – ABERTURA

Não foi completado o quorum mínimo para a reunião e a Presidente do Conselho, Fátima Conceição Gomes, abriu a reunião para os informativos previdenciários, interação com os Conselheiros presentes, visto ter passado 2 meses da última reunião, e cumprimento da pauta com os presentes. Foram justificadas as ausências dos conselheiros José Freire, por outro compromisso e do Sr. Antonio Ferreira, que continua em tratamento médico.

A Sra. Fátima desculpou-se com os Conselheiros sobre a falta de sinalização suficiente no prédio, já que a gerência executiva mudou-se do 3º para o 5º andar e a APS Santo André mudou de andar esta semana, justificando que a obra tem um prazo bem apertado para terminar e que nem sempre se consegue resolver todas as pendências que surgem.

Após dar espaço às entidades para que passassem seus informes, passou para os informes do INSS destes últimos 2 meses. Primeiramente, apresentou as ações do PEP para o último semestre, sendo que no final deste mês ocorrerá uma capacitação na Casa de saúde de Mauá, sendo os presentes à reunião convidados para participar e se tornarem disseminadores. Ainda, foi exposto a situação da perícia médica no INSS, que em razão da greve deflagrada pelo médicos peritos, está causando várias dificuldades à população, tanto para concessão de aposentadorias especiais, como, principalmente, para a realização de perícias médicas, na concessão de benefícios por incapacidade. Um fato preocupante é que tem aumentado a adesão à greve, já que ela foi considerada como legal pela justiça. Assim, não há previsão de fim próximo e os efeitos só não são maiores pois está tendo pouca divulgação na mídia e, no caso da GEX Santo André, por ter realizado um trabalho de prioridade de demandas, que ainda está segurando um pouco o gargalo, mas que logo irá afetar muito os serviços prestados nas agências. Foi perguntado qual era o motivo da greve, ao que foi respondido que se tratava primordialmente da jornada de trabalho, ou seja, fazer 30 horas de jornada, o que foi vetado em projeto de lei enviado ao planalto para sanção presidencial (inclusive, o motivo que deflagrou a greve).

V – ORDEM DO DIA

1. Foi explicado aos presentes que em julho o INSS recebeu intimação de uma Ação Civil Pública, com validade para todo o território nacional, determinado que o INSS continue a efetuar o pagamento daqueles segurados que fizerem o PP (pedido de prorrogação) até que seja realizada a sua perícia. Com isso, o Instituto não pode mais pagar somente após a concessão médica, pois muitas pessoas ficavam sem pagamento mesmo estando claramente incapacitadas, tudo por não conseguir o atendimento pericial. Perguntado sobre qual o volume dos benefícios por incapacidade perante o geral de pedidos de benefício, a Sra. Fátima explicou que atualmente varia entre 65% a 70% na GEX. Diante da surpresa de alguns, foi dito que por volta do começo da década, houve um aumento repentino na demanda por este tipo de benefício, chegando até mesmo a representar mais de 80% dos requerimento efetuados, havendo uma pequena diminuição destes pedidos nos últimos tempos. Porém, ainda continua num patamar muito alto. Foi ainda perguntado se este aumento poderia decorrer de um aumento nos números de acidente de trabalho no país, porém, a Sra. Fátima acredita que o que houve, nos casos de acidente de trabalho, foi um aumento da divulgação destes acidentes, já que vários mecanismos foram criados ultimamente para tentar melhorar esta questão, como, por exemplo, a implantação do NTEP. Porém, acredita que ainda há muita subnotificação destes casos, sendo que ainda há um longo caminho a percorrer até que os acidentes de trabalho recebam uma atenção mais cautelosa e possa haver uma maior prevenção a estes sinistros. Nisto, começou uma discussão entre os participantes sobre de quem seria a responsabilidade sobre estes acidentes de trabalho, um lado sustentando que as empresas não se importavam muito com estas questões e deixavam os empregados muitas vezes desprotegidos e sem as orientações corretas. Outros, por sua vez, defendiam que a cultura de muitos trabalhadores brasileiros dificultavam o uso do EPI e de seguir normas de segurança do trabalho, chegando até mesmo ser proposto normas punitivas para quem não fizesse uso dos sistemas de proteção individual. Mas foi colocado que esta questão ultrapassa os limites de atuação das reuniões de conselho de previdência, devendo tal tema ser tratado de forma mais dialogada entre empresas e empregados.
2. Na sequência, foram apresentados os número do plano de ação que terminaram o ciclo do primeiro semestre do ano, para que os conselheiros

pudessem conhecer mais o trabalho que o Instituto vem realizando para melhorar o atendimento e suprir melhor as demanda da população, bem como mensurar o que a gerencia executiva está fazendo no âmbito regional no tocante aos serviços previdenciários. Inicialmente, foram mostrados os números de atendimento da perícia médica, mostrando que apesar da greve, a gerência está fazendo um trabalho para que a demanda seja ao máximo atendida. Porém, mostrou também que se a greve perdurar por mais tempo, que os números vem aumentando e que dificilmente será possível manter os atendimentos dentro de padrões mais razoáveis, podendo novamente haver um distanciamento muito grande da data do pedido com a data da perícia, prejudicando o cidadão e os avanços obtidos nos últimos tempos.

3. Após, mostrou-se os números do plano de ação, do que foi proposto, o que se alcançou e qual a possibilidade de atingir todas as metas. De uma maneira geral, mostrou-se que os números estão bons e que há muito tempo que o segurado não dispõe de tão eficiente atendimento de sua demanda. Foi mostrado que o atendimento está mais rápida, com concessão de benefício muito mais rápido e que o atendimento agendado na região tem sido rápido, girando em torno de 13 dias. Que muitos números poderiam estar melhor se não fossem fatos atípicos, como a greve na perícia médica. Mostrou-se também que o atendimento poderia ser até mais rápido, se não fossem tantos casos de cadastro de segurados que estão errados, como vínculos sem informação de remuneração, de empresas que não efetuaram o registro, etc. E que este acerto de cadastro é, hoje, o maior problema na concessão de benefícios. Ao se mostrar as metas do ICRJ (Índice de concessão por Recurso ou Judicial), foi questionado o porque que alguns conseguem um enquadramento como especial e outros não, se o efeito de uma decisão judicial para uma pessoa não se estende a outras. Foi então respondido que a Justiça, até mesmo a Junta e câmara de recursos, tem alguns entendimentos que não são iguais aos entendidos pelo INSS, especialmente no caso de uso de EPI. Porém, que as concessões administrativas do INSS seguem padrões estabelecidos em normas próprias, que devem obrigatoriamente ser obedecidas pelos servidores, para não ir contra o ato vinculado obrigatório aos servidores públicos, mas que os Juízes e os integrantes das Câmaras de Julgamento tem o poder de interpretação das normas, podendo desconsiderar

algumas regras que entendem como violadoras do ordenamento jurídico. Porém, que a decisão de caso concreto de um segurado não tem efeito geral para todo território nacional, sendo analisado caso a caso pelos julgadores.

VI – ENCERRAMENTO

Antes de encerrar os trabalhos, houve o questionamento sobre a ausência de representantes dos trabalhadores, sendo novamente levantado a questão das faltas de muitos conselheiros, alguns sem nem sequer comparecer ao menos em uma reunião. Foi dito que as faltas já foram apuradas e que será tomada providências no sentido de substituição dos membros que já superaram os limites de falta.

Nada mais havendo a tratar, a presidente do plenário e deste Conselho, Fátima Conceição Gomes, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 49ª reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Santo André. Para constar, eu, Rodrigo Emilio Cerchiari, servidor, secretário deste Conselho, lavrei a presente ata.

Santo André, 10 de agosto de 2010.

Fátima Conceição Gomes

Presidente do CPS